



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO (2003-2015)

Autores:

Pietro Calderini Aruto - Secretaria da Assistência Social, Trabal - pietro.aruto@gmail.com

Raul da Silva Ventura Neto - Universidade Federal do Pará - netoventuraraul@gmail.com

Resumo:

A atual crise política e econômica brasileira realça tendências e características históricas do subdesenvolvimento brasileiro, em várias dimensões sociais e espaciais. Entre elas, encontram-se a segregação espacial, o déficit habitacional e a inadequação domiciliar. Do ponto de vista da produção do espaço urbano, a atual crise apenas coloca em primeiro plano algo que sempre permeou a história e o espaço brasileiro, inclusive durante o auge do crescimento econômico no final da década de 2000: a desigualdade socioespacial e as condições de vida degradantes a que são submetidas grande parte da população trabalhadora brasileira nas cidades. Defende-se neste artigo que esses espaços, tradicionalmente enquadrados pelo pensamento crítico brasileiro como informais, dada as condições espontâneas da ocupação da terra, representam em toda sua resiliência uma das mais evidentes materializações da superexploração da força de trabalho (SFT), e uma das principais particularidades da formação socioespacial brasileira.

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO (2003-2015)

INTRODUÇÃO: superexploração e uma breve retrospectiva do pensamento urbanista no Brasil

A atual crise política e econômica brasileira realça tendências e características históricas do subdesenvolvimento brasileiro, em várias dimensões sociais e espaciais. Entre elas, encontram-se a segregação espacial, o déficit habitacional e a inadequação domiciliar. De fato, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2016 e 2018), entre 2013 e 2015, tanto o déficit habitacional urbano quanto os domicílios vagos com potencial para serem ocupados aumentaram em mais de 11% enquanto que, em 2015, 7,2 milhões de domicílios no Brasil apresentavam carência de infraestrutura e 1,8 milhão, inadequação fundiária. Do ponto de vista da produção do espaço urbano, a atual crise apenas coloca em primeiro plano algo que sempre permeou a história e o espaço brasileiro, inclusive durante o auge do crescimento econômico no final da década de 2000: a desigualdade socioespacial e as condições de vida degradantes a que são submetidas grande parte da população trabalhadora brasileira nas cidades.

Defende-se neste artigo que esses espaços, tradicionalmente enquadrados pelo pensamento crítico brasileiro como informais, dada as condições espontâneas da ocupação da terra, representam em toda sua resiliência uma das mais evidentes materializações da superexploração da força de trabalho (SFT), e uma das principais particularidades da formação socioespacial brasileira. A seguir, oferece-se uma breve retrospectiva do pensamento urbanista no Brasil no sentido de, parcialmente e minimamente, relacionar criticamente a abordagem aqui defendida com os autores clássicos.

A despeito das principais referências teóricas sobre a questão urbana brasileira alçarem ao primeiro plano de análise o papel dos assentamentos precários no processo de urbanização do país, a superexploração da força de trabalho, como categoria analítica, não parece ter servido de referência para a compreensão do fenômeno urbano brasileiro. Isso porque, inicialmente, a leitura crítica sobre a produção do espaço urbano no país se apoiou

em transposições de categorias do estruturalismo cepalino formatadas para compreender o subdesenvolvimento econômico. Pode-se dizer que nesses trabalhos, o espaço urbano que se construiu no Brasil é normalmente interpretado de forma vinculada à história da urbanização do país, quase como uma tentativa de constituir uma teoria da urbanização na periferia do capitalismo. Uma condição que não enxerga o urbano como parte decisiva da produção e reprodução do capital, e sim como mero suporte de processos sociais e econômicos de uma determinada formação econômica e social (ARANTES, 2009).

A visão estruturalista entende a dinâmica da urbanização brasileira, e o espaço intraurbano que surge em consequência dela, como resultado indireto da hipertrofia do setor terciário da economia e do ritmo da modernização da agricultura, que expulsa força de trabalho para as principais cidades num volume maior do que o sistema consegue absorver apropriadamente, provocando um “inchaço” urbano. Dessa forma, seria possível associar o fenômeno da heterogeneidade estrutural, característica *sine qua non* do subdesenvolvimento (PINTO, 1965), ao fenômeno da autoconstrução ou a informalidade urbana, encarando-os como provenientes da resiliência de estruturas arcaicas, heranças do nosso passado colonial, que se manifestam de formas perversas no espaço urbano.

A partir de 1970 se observa uma importante inflexão dentro do urbanismo¹, na qual, dado o modo caótico como passam a se constituir as nossas cidades conforme avançam as políticas desenvolvimentistas do regime militar, outras correntes do pensamento são incorporadas ao debate. A crítica ao pensamento estruturalista permitiu o avanço no entendimento sobre a articulação orgânica entre os setores da economia urbana, realçando o modo como o padrão de urbanização brasileiro se tornava funcional para a reprodução do capital no sistema, onde a informalidade da economia urbana passa a servir principalmente para a manutenção do *status quo* (OLIVEIRA, 2003). Contudo, a crítica, principalmente ligada a CEBRAP, esteve limitada no próprio objetivo que se propôs ao não tratar o espaço urbano brasileiro a partir de categorias específicas da realidade dos países periféricos. Isso se deve ao fato de que esses autores realizavam a crítica dentro da institucionalidade burguesa, encarando o subdesenvolvimento como uma modalidade de capitalismo, preservando o desenvolvimento capitalista como um horizonte possivelmente a ser alcançado.

Uma exceção nesse debate é seminal trabalho de Sérgio Ferro (2006) que apresenta uma das mais importantes contribuições para a construção de marcos teóricos necessários à análise do fenômeno urbano brasileiro. O autor apresenta uma análise da produção da casa e da cidade brasileira esmiuçando a organização do trabalho no canteiro de obras, intensiva na extração de mais-valia absoluta de técnicas construtivas ainda artesanais. Essa condição é fundamental para a absorção de uma quantidade significativa de trabalhadores não qualificados, reforçando os custos reduzidos de reprodução da força de trabalho na periferia do sistema (FERRO, 2006).

É precisamente ao questionar a materialidade da força de trabalho nos países periféricos que a SFT pode contribuir com o pensamento urbanista, aproximando-se da temática inaugurada para Ferro (2006). Como categoria vinculada à teoria marxista da

¹Nesse inflexão, é característico uma tentativa de aproximação das ciências econômicas com outras áreas das ciências sociais, particularmente a história e a sociologia

dependência, a SFT revela que a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor é um dos mecanismos que o capital nas formações socioespaciais dependente mobiliza para ampliar a sua taxa de lucro (MARINI, 2005). A SFT constitui a própria especificidade dos países subdesenvolvidos e do seu desenvolvimento econômico dependente, ainda que se apresente sob várias formas históricas e espaciais.

Nesse sentido, a pergunta que norteia o trabalho, profundamente influenciada pela experiência militante em ocupações urbanas no período recente, pode ser formulada no seguinte sentido: porque milhões de trabalhadores e trabalhadoras que historicamente constituem a força de trabalho para a acumulação de capital e a reprodução social no Brasil não possuem a habitação/imóvel capitalista como uma mercadoria que perpassa seu consumo, o que os força a viver em ocupações, favelas, loteamentos clandestinos, cada vez mais segregados e periféricos, mesmo durante a experiência petista, quando esses trabalhadores se beneficiaram das chamadas “conquistas sociais” e do aumento real de rendimento? A hipótese adotada é a de que apesar da melhora das condições de vida, o rendimento familiar se mostrou insuficiente para garantir uma reprodução da força de trabalho em torno do seu valor, principalmente quando levamos em conta a questão da moradia e das famílias trabalhadoras na periferia das cidades.

Evidentemente, a questão e a hipótese formuladas exigem investigações mais extensas e aprofundadas do que a presente. O intuito inicial deste trabalho é contribuir nesse sentido analítica e empiricamente no que se refere à relação entre produção social do espaço urbano e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro, sob várias escalas espaciais. Mais especificamente, o objetivo do artigo é evidenciar como a categoria de inadequação fundiária (imóveis totalmente/parcialmente de propriedade dos moradores, mas localizados em terrenos não regularizados) corresponde a uma manifestação estrutural do espaço urbano brasileiro e de reprodução da força de trabalho, qual seja, a incapacidade de uma parcela significativa das famílias trabalhadoras em acessar um imóvel tipicamente capitalista, uma vez que o salário não permite o acesso à mercadoria habitação. Para tanto, procura-se analisar quantitativa e qualitativamente não apenas os domicílios, mas também o perfil dos moradores sob inadequação fundiária no período, destacando variáveis socioeconômicas, como o nível de escolaridade, taxa de desocupação, de participação, rendimento médio real por hora, entre outros.

Neste sentido, do ponto de vista metodológico, o artigo possui uma dupla orientação. Em primeiro lugar, ele resgata a bibliografia crítica tanto do pensamento social latino americano, como também da produção social do espaço urbano, contextualizando-os na atualidade do capitalismo dependente. Em segundo lugar, a pesquisa conta com a manipulação dos microdados da PNAD em torno da definição de inadequação fundiária urbana a partir da discussão da FJP (2016 e 2018). Ainda no que refere à metodologia, a seleção do período 2003-2015 se justifica pela disponibilidade e homogeneidade dos dados secundários da PNAD-Anual (descontinuada a partir de então) e, mais do que isso, pelo fato que o período engloba praticamente toda a primeira experiência petista no governo federal, fato esse que está intimamente associado às determinações e contradições da SFT no período, como será visto. Para análise dos dados, o artigo se divide em dois subperíodos, um de 2003 a 2011 e outro até 2015. Essa divisão se justifica por uma maior clareza do texto e porque

esses subperíodos configuraram-se como os marcos do crescimento e depois estagnação-recessão da economia brasileira no período, respectivamente.

O restante do artigo está estruturado em mais duas seções, além da inicial e da final. A seguir, expõem as categorias basilares da economia dependente brasileira, bem como, as determinações espaciais (regionais e urbanas) subjacentes na atualidade. Em seguida, procura-se analisar a evolução dos domicílios sob inadequação fundiária e dos seus habitantes a partir de informações laborais, econômicas e sociais dos seus moradores comparativamente ao restante dos domicílios particulares permanentes.

DETERMINAÇÕES ESPACIAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

Os fundamentos da economia dependente brasileira atual surgem do fim do período da industrialização e das mudanças da economia internacional. Mais especificamente, o esgotamento do processo de industrialização no Brasil no final da década de 1970 está associado à tentativa dos EUA em fortalecer a sua hegemonia no sistema mundial capitalista, cuja primeira manifestação foi por fim ao lastro do dólar em relação ao ouro, enquanto que a elevação unilateral da taxa de juros em 1979 aprofundou este movimento. Era o início da imposição de medidas neoliberais por parte dos EUA com o objetivo de promover a sua reestruturação produtiva. Para tanto, foi necessária uma nova rearticulação com a periferia capitalista, principalmente através das empresas transnacionais e da desregulamentação financeira e comercial em escala mundial.

A “globalização econômica”, enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, tornou necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial. A indústria nos países desenvolvidos ao intensificar a mudança tecnológica com base no conhecimento dentro do processo de produção – onde crescentemente o preço de custo de produção repousa menos no processo físico de produção – apresenta duas tendências de extroversão: 1) fortalecimento do processo de difusão mundial da indústria em busca de taxas de salários menores; 2) o esforço por maior qualificação da força de trabalho nos países desenvolvidos corresponde a um deslocamento das ocupações de menor qualificação para outras nações. Em síntese, a globalização tem como cerne uma divisão internacional do trabalho cuja materialidade está na própria força de trabalho (MARINI, 1996, p. 58)

Nesse sentido, os países do centro possuem duas vantagens que ampliam o nível de dependência dos países periféricos. A inovação técnica, ao ter como base atividades de pesquisa e desenvolvimento, se torna inacessível aos países da periferia a não ser quando se configuram como receptores de novas plantas industriais, o que leva à segunda vantagem. Os países desenvolvidos controlam a transferência das atividades industriais pelo deslocamento de indústrias menos intensivas em conhecimento e pela dispersão das etapas produtivas dentre os países o que dificulta de antemão a integração nacional dos periféricos.

Trata-se, assim, de transformações nas formações socioespaciais dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, onde a própria nação e sua relação com as regiões subnacionais são alteradas. Nesse sentido, os esquemas e as formas de produção e realização do mais-valor nas formações socioespaciais dependentes passaram por uma transformação a partir da emergência do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012a e 2012b).

Dentre as características, novo padrão exportador de especialização produtiva supõe o fim da industrialização como um projeto de maior autonomia (relativa) econômica. Em poucos países, como Brasil e México, alguns segmentos industriais se mantêm, mas integrados ao projeto exportador e dentro de grandes cadeias produtivas globais comandadas por empresas transnacionais. Sem dúvida, como destaca Osorio (2012b), a condição fundamental do novo padrão é seu viés exportador, ou seja, os setores mais dinâmicos do novo padrão estão atrelados ao mercado externo. Entre 1980 e 2008, o valor das exportações em dólares na América Latina aumentou quase 1200%, onde o coeficiente de exportação atingiu 23% do PIB do continente (OSORIO, 2012b, p.106-107).

A condição exportadora corresponde também a produção de específicos valores de uso, com uma reprimarização da pauta exportadora. Assim, o padrão de reprodução tende a repousar sobre a produção agrícola, mineral e alguns bens industriais intensivos em mão de obra e favorecidos por tratados comerciais, principalmente nas áreas de montagem, maquiladoras e de serviços. Em suma, em atividades que se beneficiam de vantagens absolutas ou comparativas. Conseqüentemente, a orientação produtiva para essas atividades gerou uma especialização e a presença de enclaves econômicos: reduzidas atividades econômicas com maior conteúdo tecnológico, com pouca relação com a estrutura produtiva, elevado grau de coeficiente de importação.

Essa dinâmica beneficia, sobretudo, as cadeias produtivas internacionais comandadas pelo capital transnacional, e não se vincula a projetos desenvolvimentistas, como no passado. Isso pode ser visto no caso das atividades agrícolas voltadas para exportação de commodities. Grandes empresas transnacionais do segmento não só comandam a comercialização e distribuição da produção, como também são responsáveis pela oferta do pacote tecnológico subjacente à produção. Essas empresas globais definem as zonas de produção nas economias que têm dotação de terras e controlam toda circulação porque atrelam as vendas do pacote tecnológico às compras da produção. Essas transformações recentes ampliam a tendência histórica de transferências internacionais de valor em detrimento da economia nacional. As transferências internacionais de valor assumem vários mecanismos econômicos e extra econômicos, sobretudo, pelo comércio internacional inter/intra setorial, além de pagamentos de juros, royalties, serviços da dívida, remessas de lucro e dividendo.

Diante dessas transformações, as medidas de política econômica que dão base para atuação dessas frações do capital no novo padrão são diametralmente opostas àquelas do período de industrialização:

Na nova situação, a política econômica aponta para a redução do papel dos assalariados no consumo e de sua participação no mercado; propicia-se uma concentração de renda, processo que, unido ao anterior, gera uma polarização social aguda; os setores sociais já não são protegidos mediante tarifas de importação, e sim se reduzem significativamente; a concorrência e o mercado, se diz, é que devem destinar os recursos, o que faz com que se retirem subsídios e diversas formas de proteção à produção industrial; parte substantiva da produção é voltada para o mercado mundial, fazendo com que se apliquem medidas de política econômica que fomentem as exportações; e, à medida que o discurso do livre-comércio ganha terreno, também se fomenta a abertura de fronteiras para as importações (OSORIO, 2012a, p. 73)

No caso do Brasil, o modelo neoliberal adotado, ao permitir uma maior exposição aos fluxos comercial e financeiro comandados pelas empresas transnacionais, promoveu não somente uma baixa taxa de crescimento médio histórico, mas também, uma regressão da estrutura produtiva. Mesmo com a ascensão de um partido historicamente associado a movimentos progressistas, em 2003, e medidas pontuais pró-mercado interno, manteve-se a política econômica em torno do superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados e restrição ao crédito para investimento produtivo-industrial.

As condições de vida e de exploração da força de trabalho também se alteram no período, ainda que de forma contraditória. Com a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, a força de trabalho passou por uma profunda transformação: precarização dos vínculos empregatícios nos anos de 1990; elevação da taxa de desemprego na década de 90 e posterior queda nos anos 2000; ampliação da ocupação no setor de serviços principalmente no espaço urbano; rotatividade; desconcentração produtiva gerando ocupação de baixa qualificação e baixos rendimentos; vigência de trabalhos compulsórios e elevadas jornadas de trabalho nas regiões periféricas (CANO, 2008). Medidas mobilizadas para aumentar a taxa de exploração e rotação de várias frações do capital. As condições salariais dos trabalhadores apresentaram melhora a partir de 2003, em meio ao crescimento econômico propiciado pelo *boom* dos preços das commodities, com aumento da formalização, salários reais e acesso ao crédito individual.

Esses fenômenos, somados às políticas de combate à pobreza e aumento do investimento público, permitiram uma redução na desigualdade de rendimentos. Mesmo assim, essas conquistas se mostraram insuficientes para reverter as condições de dependência e de superexploração, como a trajetória de desaceleração e crise da economia brasileira pós-2015 evidencia. Como forma de se contrapor a tendência de transferência internacional de valor e consequente redução da margem de lucro, a força de trabalho nas economias dependentes são remuneradas abaixo do seu valor, no que Marini (2005) chamou de superexploração da força de trabalho (SFT). A SFT ocorre mediante baixos salários, aumento da jornada de trabalho e/ou da sua intensidade supondo o salário constante. A superexploração pode ocorrer inclusive quando o salário aumenta desde que esse aumento se dê em uma proporção menor do que o aumento da jornada/intensidade ou elevação do valor da força de trabalho. Os mecanismos implicam uma transferência de fundos de consumo

dos trabalhadores para o capital, no sentido de recompor sua taxa de lucro sem exigir necessariamente um aumento na produtividade do trabalho (MARINI, 2005).

Sobre a superexploração no período novodesenvolvimentista do PT, Luce (2013), ao tomar o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE como um parâmetro do valor de força de trabalho, constata: a) que aumento real do salário mínimo no governo do PT não recompôs o valor do salário mínimo necessário; b) com essa lacuna, a reprodução da força de trabalho está comprometida, inclusive se se somar o valor do salário mínimo dos homens e das mulheres; c) a permanência de um elevado contingente de trabalhadores que possuem jornada acima das 44 horas semanais; d) a evidência de aumento da intensidade da jornada de trabalho em alguns segmentos industriais, como a indústria automobilística, sucroalcooleiro e telemarketing; e) outra evidência de aumento de intensidade da jornada a partir da elevação dos acidentes de trabalho entre 2001 e 2008; f) o aumento do endividamento das famílias o que leva que uma parte expressiva dos salários sejam apropriados pelo capital portador de juros.

Conforme ressalta o autor, é necessário avançar na operacionalização da categoria de superexploração da força de trabalho, sobretudo na atual conjuntura. Nesse sentido, o intuito deste artigo é discutir a superexploração a partir da produção social do espaço urbano, mas compreendendo sua manifestação de um ponto de vista mais concreto, sob a ótica do que se entende como inadequação fundiária da moradia. Antes disso, cabe apontar as principais determinações espaciais subjacentes ao atual padrão de reprodução do capital e do neoliberalismo no Brasil tendo como pano de fundo a transferência internacional de valor e a superexploração.

Diante da nova conjuntura internacional e da política econômica adotada, a partir de 1980 a organização espacial brasileira, na dimensão urbana e rural, enfrentaria novos determinantes políticos e econômicos. Do ponto de vista regional, o fenômeno da desconcentração produtiva para além de São Paulo continua, porém sob uma forma “espúria”, uma vez que em geral o ganho de participação das regiões periféricas na estrutura produtiva se deve mais a um “efeito estatístico” do que a maior dinâmica regional (ou seja, a periferia também diminui o seu ritmo de crescimento, porém, a uma intensidade menor que a da região polo industrial) (CANO, 2008).

Do ponto de vista urbano, os efeitos das políticas de modernização conservadora do regime militar sobre o processo de urbanização, motivada tanto pela modernização das atividades agrícolas quanto por uma política habitacional nefasta subsidiada pelo sistema BNH/SFH, gestaram metrópoles com profundas desigualdades socioespaciais, cujos efeitos negativos se tornaram mais evidentes quando foram reduzidos os recursos para habitação e infraestrutura urbana com o fim do BNH. É importante lembrar que, naquele momento, o direcionamento de fundos públicos para o setor habitacional, ocorreu em uma escala nunca antes vista promovendo mudanças definitivas no perfil das grandes cidades do país, sem permitir, contudo, que o financiamento do imóvel se estruturasse no sentido de impulsionar o acesso à terra urbana com infraestrutura (MARICATO, 2000).

A forte recessão econômica que caracterizou a economia brasileira durante os anos de 1980 e 1990, quando o crescimento demográfico urbano superou o crescimento do PIB, além

de ampliar as desigualdades de rendimento, também ampliou o universo da desigualdade socioespacial. Pela primeira vez na sua história o Brasil passa a concentrar grandes bolsões de pobreza urbana nas suas principais metrópoles e registra uma substancial elevação na proporção de pobres em áreas metropolitanas, passando de 29% em 1980 para cerca de 38,8% em 2004 (MONTALI & LESSA, 2016). Combinadas, pobreza urbana e desigualdades socioespaciais, fomentariam o aumento da violência urbana marcada pelo início de uma escalada no número de homicídios em cidades sem precedentes na história do país (MARICATO, 2000).

Sinteticamente, no mesmo período, a desconcentração produtiva avança e, principalmente nas áreas de expansão da fronteira agromineral como a região norte, centro-oeste, Rio de Janeiro (no caso, extração de petróleo) e Espírito Santo. Por sua vez, o Nordeste recupera a posição perdida nas últimas duas décadas e a região sul e Minas Gerais, que desenvolveram um importante parque industrial durante o processo de industrialização, reduzem a sua participação, mas com um crescimento positivo. Dessa forma, o grande perdedor é São Paulo, precisamente a região que em termos capitalistas mais avançara no processo de industrialização (CANO, 2008): conforme as contas regionais do IBGE, entre 1995 e 2013, São Paulo perdeu um pouco mais de 5 p.p. de participação, o que liderou a queda de participação do Sudeste como um todo. Todas as demais regiões ampliaram sua participação, com destaque para o Norte e Nordeste.

Isso não quer dizer que o setor industrial se torne supérfluo sob o atual padrão de reprodução. Alguns setores e ramos industriais podem, inclusive, se expandir e aumentar sua participação, ainda que vigore um processo de desindustrialização. São precisamente os segmentos mais atrelados à exportação e com maior incorporação de insumos importados os que mais se beneficiam dessa tendência, em grande parte, sob comando do capital transnacional. Conforme os dados do valor adicionado bruto (VAB) do Brasil entre 2002 e 2014 variação real anual média foi de 3,3% e, dentre as atividades econômicas, as atividades produtivas que apresentaram um maior dinamismo foram aquelas ligadas ao padrão de reprodução do capital atual: agropecuária (3,4%), indústria extrativa (3,6%) e construção (3,8%), diretamente ligadas à incorporação e utilização de intensiva de terras.

No rastro do processo de desconcentração industrial e reprimarização da economia, a partir dos anos de 1990 também foram registradas novidades no padrão de urbanização brasileiro, particularmente no acentuado crescimento das cidades médias que passam a apresentar elevadas taxas de crescimento populacional. O período passa a registrar também um forte crescimento demográfico em cidades localizadas na periferia das principais metrópoles, o que implicou em um aumento relativo das regiões pobres metropolitanas, com destaque para a Região Metropolitana de Belém que apresenta, no período, um crescimento na ordem de 157,9% nos seus municípios periféricos (MARICATO, 2000). Nesse contexto, de ausência de políticas habitacionais e de recessão econômica, a precarização da força de trabalho urbana se eleva substancialmente. Apenas entre 1991 e 2002, o percentual de trabalhadores informais nas seis principais regiões metropolitanas do país, sai de pouco mais de 40% para cerca de 51% dos trabalhadores dessas regiões (RAMOS, 2002).

A gestão petista do governo federal, marcada pelo fortalecimento do Ministério das Cidades e das políticas setoriais articuladas ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano,

foi fundamental para a retomada de investimentos em planejamento das cidades em uma escala nacional. Contudo, pode-se dizer que, se por um lado, as cidades brasileiras passam a experimentar um paulatino retorno do Governo Federal na definição de políticas urbanas de abrangência nacional, urbanização de favelas e no estímulo à produção imobiliária para a população de baixa renda. Por outro lado, suas ações concretas, especialmente a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida, pouco levaram em conta, por exemplo, o espaço e o território oriundo das diferenças regionais brasileiras (RODRIGUES, 2011), o que provavelmente resultaria na opção de programas que garantissem a ampliação da infraestrutura urbana mediante projetos de urbanização de assentamentos precários, opção que passou a ser secundarizada no rol da política urbana do governo federal especialmente a partir de 2010.

Em grande medida, o efeito controverso das últimas fases do MCMV e do consequente enfraquecimento do Plano Nacional de Habitação, apresentam evidências da necessidade de se reconhecer a precariedade dos espaços urbanos como fenômenos articulados à superexploração da força de trabalho. Na etapa subsequente do artigo serão apresentados dados sobre a evolução recente da inadequação fundiária, observado como manifestação concreta da superexploração da força de trabalho no espaço da cidade brasileira.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: A INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA COMO MANIFESTAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO

Como discutido na seção anterior, a superexploração ao corresponder a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor se manifesta sob várias formas espaciais e históricas a depender das formações socioespaciais dependentes em questão e da conjuntura política e econômica. Do ponto de vista da produção social do espaço urbano, a SFT *tendencialmente* implica na incapacidade das famílias trabalhadoras em acessar o imóvel capitalista sem comprometer a reprodução normal da força de trabalho. É a partir dessa perspectiva teórica que pode se compreender fatos concretos e estruturas histórico espaciais, como o elevado déficit habitacional, quando a inacessibilidade de moradias para as famílias pobres/trabalhadoras obriga-as a viverem em habitação precária, em coabitação plurifamiliar e/ou a pagarem um ônus excessivo de aluguel em relação a sua renda.

Além do déficit habitacional, que afeta o estoque de domicílios presentes, grandes contingentes de famílias brasileiras vivem sob inadequação domiciliar, fenômeno esse que está associado à deterioração da qualidade de vida devido às condições do imóvel urbano associadas aos seguintes fatores:

(...) domicílios **carentes de infraestrutura** todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. O **adensamento excessivo** considera apenas os **domicílios** (casas e apartamentos) **próprios**. Os alugados são incorporados aos cálculos do déficit habitacional. Caracteriza

situação em que o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles assim utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. (...) A **inadequação fundiária** refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, a do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde ela se localiza. Ressalte-se que a incidência dessa inadequação está longe de se restringir aos chamados “aglomerados subnormais” e atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles. (...) **sobcobertura inadequada** estão incluídos todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. (...) **A inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva** define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Isso tanto ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos (FJP, 2018, p. 26, destaque no original).

Os critérios da inadequação domiciliar não são mutuamente exclusivos, o que impede a contagem global dos domicílios sob inadequação domiciliar. Contudo, a seleção única de um componente permite superar essa condição. Nesse caso, dentre os critérios, a inadequação fundiária é particularmente potente na vinculação da SFT com a (re) produção do espaço urbano, pois além de refletir a condição de vida das famílias nas cidades (muitas vezes é acompanhada dos demais critérios de inadequação) ela coloca em primeiro plano a incapacidade dos trabalhadores no acesso à habitação em terrenos nas cidades, do ponto de vista mercantil/capitalista. No caso, o trabalhador tem acesso parcialmente/totalmente à moradia, mas não ao terreno sobre o qual ela se situa. Esta situação se associa aos loteamentos clandestinos, favelas, ocupações urbanas e outras tantas formas de habitação que a força de trabalho encontra para se reproduzir, ainda que de forma moralmente atrofiada e, assim, abaixo do seu valor. Trata-se, pois, do caso emblemático da “cidade ilegal” denunciado por Maricato (2000) e por outros tantos pesquisadores do urbanismo brasileiro como visto na seção anterior, onde a reprodução da força de trabalho nas cidades se dá por expedientes de subsistência e informais. Contudo, a explicação desse fato não está meramente nas raízes coloniais e patrimonialistas do Brasil, mas sim no fundamento material da dependência da economia brasileira: a superexploração da força de trabalho.

Para avaliar e acompanhar a evolução dos domicílios e seus moradores sob inadequação fundiária foram realizados dois principais procedimentos. Em primeiro lugar, tomou-se a definição e a seleção da categoria segundo a FJP (2016, p. 25 e 2018, p. 27) com algumas ressalvas. Para selecionar os domicílios sob inadequação fundiária urbana a partir dos microdados da PNAD/IBGE, foram utilizadas as variáveis: “Condição de ocupação do domicílio” (v0207) para os casos de domicílios “Próprio, já pago” e “Próprio, ainda pagando”; e “Terreno onde está localizado o domicílio é próprio?” (v0210) para os casos em que houve

resposta negativa. Para além das indicações da FJP (2016 e 2018), selecionaram-se todos os domicílios particulares permanentes que se situavam na área urbana e, além disso, adicionou-se a variável (V0207) a condição “outra” para além daquelas duas indicadas anteriormente. Isso se deve a própria definição da variável segundo o IBGE (2009, p. 12) para a condição de “outra”: “quando o domicílio é ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão”.

Em segundo lugar, depois de selecionados esses domicílios sob inadequação fundiária realizou-se um segundo recorte, quanto à faixa de rendimento domiciliar (V4614). Por esse procedimento, foram selecionados somente os domicílios que cuja renda domiciliar era de até cinco salários mínimos. Esse segundo critério, apesar de em um primeiro momento parecer arbitrário, torna-se essencial para relacionar os domicílios com a categoria de superexploração. Como visto, a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor significa que o salário recebido é incapaz de prover o trabalhador(a) e sua família da quantidade de mercadorias e valores de uso, entre eles a habitação, necessários para repor o desgaste da força de trabalho e a garantia de sua reprodução social. A inadequação fundiária permite captar precisamente esse fenômeno, principalmente nos loteamentos clandestinos, bairros “irregularizados”, ocupações, favelas, entre outros.

Contudo, tal situação dificilmente se verifica a partir do momento em que um domicílio recebe substancialmente um rendimento acima da média nacional. Em outras palavras, com um rendimento domiciliar relativamente elevado, a família possuiria, hipoteticamente, condições de acessar moradias “mais adequadas” do ponto de vista capitalista. Se não o faz isso é, provavelmente, por motivos de especulação e/ou perspectiva de regularização do terreno junto ao poder público (como no caso de condomínios/loteamentos para classes médias e altas). Seja como for, nesses casos, dificilmente pode-se aventar a possibilidade que tais moradores estão submetidos a um regime de superexploração, ainda que categorialmente são classificados também sob IFU.

Essa ressalva é particularmente importante para o período recente, conforme pode ser visto na tabela 1 a seguir, que destaca o total de domicílios sob IFU em 2003, 2011 e 2015 e os separa para o rendimento domiciliar de até 5 salários mínimos (SM) ou mais em cada ano. Conforme a tabela, percebe-se que entre 2003 e 2011, auge do crescimento econômico do governo petista, o número de domicílios com IFU aumentou em pouco mais de 132 mil para, quatro anos depois, reduzir em quase 226 mil. O que em princípio poderia indicar uma relativa estabilidade para o período como um todo no total de domicílios sob IFU, na verdade esconde tendências distintas. Isso porque o aumento no período de 2003-2011 se deve exclusivamente aos domicílios com rendimento domiciliar acima de 5 SM (271 mil), sendo que para os domicílios com até 5 SM houve uma redução absoluta de mais de 139 mil domicílios. No subperíodo posterior (2011-2015), ambos subgrupos de rendimento domiciliar apresentaram uma redução relativa no mesmo patamar, de 10%.

Tabela 1: Domicílios particulares permanentes na área urbana sob inadequação fundiária urbana (IFU) segundo classes de rendimentos por salário mínimo (SM) * - Brasil, 2003, 2011 e 2015

	2003	2011	2015
Total Domicílios IFU	2.076.405	2.208.641	1.982.345
IFU - Domicílios até 5 SM	1.659.037	1.519.384	1.360.472
IFU - Domicílios acima de 5 SM	417.368	689.257	621.873

*exclusive domicílios sem declaração de rendimento domiciliar

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Dessa forma, os dados da tabela 1 auxiliam no entendimento do fenômeno a ser melhor analisado nesse momento. Em primeiro lugar, é importante discernir os domicílios de alta renda daqueles de menor renda. Para os primeiros, entre 2003 e 2011, houve um crescimento expressivo, quando aumentaram em mais de 10 p.p. sua participação no total de domicílios sob IFU no Brasil. Contudo essa tendência provavelmente é uma manifestação dos processos de especulação fundiária e segregação urbana, como no caso de novos condomínios fechados, por exemplo. Ainda que seja uma um fenômeno espacial associado com o objeto adotado neste artigo, a análise neste momento recai para os domicílios e os moradores de áreas formalmente “irregulares” que assim o fazem como única forma habitacional de reproduzir sua vida no espaço urbano. Nesse sentido e em segundo lugar, os dados da tabela 1 apontam que houve uma redução nos domicílios sob IFU com rendimento até 5 SM em torno de 300 mil, principalmente no último subperíodo.

Tal redução não deve ser analisada preliminarmente e ingenuamente como uma tendência de eliminação da inadequação fundiária no Brasil. Ainda que a redução tenha sido expressiva, o total de domicílios sob IFU ainda é elevado: 1,36 milhões. Além disso, esse montante se refere a conjuntura de 2015, quando ainda a taxa desocupação e a deterioração real dos salários ainda não atingiram a monta que se verificou nos anos posteriores. Dessa forma, ainda que não se tenham dados secundários e oficiais, não se pode afastar a possibilidade de um aumento de moradores de favelas, ocupações ilegais e loteamento clandestinos a partir de 2015.

Essas observações não têm como intenção desmerecer ou diminuir a importância das diversas políticas de regulação fundiária no Brasil, das políticas habitacionais e do aumento do rendimento médio real dos trabalhadores no período para a redução dos domicílios sob IFU. Elas procuram, isso sim, precisar o objeto investigado ao apontar que, a despeito dessas medidas e resultados (histórica, espacial e juridicamente inéditas nas últimas décadas) a inadequação fundiária permaneceu e, ao que tudo indica, pode ter se ampliado pós-2015. Nesse sentido, a questão central é qual o fundamento material dessa permanência e as transformações e mudanças que se observam nos domicílios e seus moradores dialeticamente relacionados com o movimento nacional. Em outras palavras, como a IFU enquanto manifestação histórica do espaço urbano e da superexploração no Brasil (seção 1) se reproduz na atual conjuntura?

Inicialmente, cabe detalhar quantitativamente os domicílios sob IFU no Brasil para outras escalas espaciais no período, como as unidades da federação e as metrópoles, conforme tabela 2 a seguir, contrastando-os com os domicílios particulares permanentes urbanos como um todo (DPU). De modo geral para todo período, percebe-se que uma redução de participação dos domicílios IFU no total dos DPU de 4% em 2003 para 2,4% em

2015, devido tanto a queda absoluta dos domicílios em IFU e aumento dos DPU. Ainda que o movimento tenha sido territorialmente disperso, pode-se dizer que as UF que mais reduziram relativamente o número de domicílios com IFI sobre DPU entre 2003 e 2015 localizavam-se no Norte e Nordeste, principalmente Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco (somente Acre e Rio Grande do Norte experimentaram um aumento nos domicílios sob IFU, ainda assim, pouco expressivo). As UF da região Sul apresentaram um comportamento disforme, com estabilidade no Paraná, redução em Santa Catarina e mais ainda no Rio Grande do Sul. Por sua vez, o aumento absoluto de domicílios com IFU ou a estabilidade no seu patamar concentraram-se nas UF das grandes regiões do Centro-Oeste e do Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás. O caso de SP em primeiro momento se destoa, pois apresentou uma redução de 40 mil nos domicílios entre 2003 e 2015. Contudo, relativamente, esse resultado diminuiu sua expressividade tendo em vista o total de domicílios sob IFU em SP no início do período (479 mil), o crescimento que se observa no subperíodo 2003-2011 no estado (+55 mil) e o fato de que em 2015 tinha, juntamente com RJ e ES, as maiores participações dos domicílios sob IFU no total de DPU, na faixa de 3%, acima da média brasileira.

De fato, a IFU apresenta espacialidades específicas como sua maior incidência e concentração em territórios com maior urbanização, como nas metrópoles. Apesar da redução absoluta, 52% dos domicílios sob IFU localizam-se nas metrópoles em 2015, mesmo patamar de 2003, sendo que essa proporção se ampliou em 2011 (56,8%). Evidentemente, esse fenômeno está ligado a outros determinantes, como rede de cidades, estrutura econômica e produtiva das unidades da federação. Contudo, pode-se afirmar grande parte do resultado estadual é uma decorrência direta da evolução metropolitana, destacando os casos entre 2003 e 2015: de Belém, Fortaleza e Porto Alegre e o aumento no Rio de Janeiro e Curitiba. Novamente, São Paulo e a agora sua região metropolitana merecem um destaque a parte. De modo geral, a redução dos domicílios sob IFU no estado entre 2003-2015 se deveu exclusivamente ao resultado da região metropolitana (-43 mil), isso porque no agregado dos municípios paulistas exclusive a metrópole houve uma ampliação absoluta no número de IFU em 2 mil domicílios.

Mais do que uma exceção o resultado de São Paulo reforça os anteriores, quanto à incidência da IFU naqueles territórios que avançaram mais no processo de urbanização. Os resultados quanto aos domicílios sob IFU se associam com as tendências espaciais do padrão de reprodução do capital vistas na seção anterior: a) a redução absoluta e proporcional dos domicílios em IFU nas UFs foram mais intensas naqueles estados periféricos em que não apenas houve um crescimento do PIB acima da média nacional, como também, uma maior reverberação das conquistas sociais e aumento dos rendimentos médios, como os estados do norte e nordeste; b) a região Centro-Oeste e o DF é um contra-exemplo do último argumento, pois ao mesmo tempo em que aumenta sua participação no PIB devido às atividades do agronegócio, observa-se um aumento dos casos da IFU, o que parece ser um caso reatualização do “desenvolvimento do subdesenvolvimento espacial”; c) a região Sudeste, que mais amarga o processo de desconcentração econômica, observa a permanência e inclusive ampliação da IFU, a depender de alguns casos.



Tabela 2: Domicílios Permanentes Urbanos (DPU) e domicílios sob Inadequação Fundiária Urbana (IFU) em milhares Brasil e Regiões Metropolitanas, 2003, 2011 e 2015

UF's	2003								2011								2015	
	DPU (a)	DPU metropolit anos (b)	IFU (c)	IFU metropolit ana (d)	b/a (%)	c/a (%)	d/b(%)	d/c (em%)	DPU (a)	DPU metropolit anos (b)	IFU (c)	IFU metrop olitana (d)	b/a (%)	c/a (%)	d/b(%)	d/c (em%)	DPU (a)	DPU metropo tanos
Rondônia	270	-	4	-	-	1,4	-	-	367	-	1	-	-	0,3	-	-	447	-
Acre	111	-	3	-	-	2,4	-	-	157	-	4	-	-	2,2	-	-	169	-
Amazonas	545	-	11	-	-	2,1	-	-	666	-	12	-	-	1,9	-	-	872	-
Roraima	70	-	1	-	-	1,1	-	-	107	-	0	-	-	0,3	-	-	126	-
Pará	1.064	449	53	42	42,2	4,9	9,4	80,2	1.403	522	34	17	37,2	2,4	3,3	51,5	1.632	643
Amapá	109	-	3	-	-	2,7	-	-	149	-	3	-	-	2,3	-	-	183	-
Tocantins	240	-	4	-	-	1,7	-	-	329	-	3	-	-	1,0	-	-	379	-
Maranhão	970	-	31	-	-	3,1	-	-	1.041	-	25	-	-	2,4	-	-	1.170	-
Piauí	469	-	30	-	-	6,3	-	-	582	-	10	-	-	1,6	-	-	643	-
Ceará	1.563	851	93	69	54,4	6,0	8,2	74,4	1.862	1.034	46	34	55,5	2,5	3,3	73,3	2.026	1.143
Rio Grande do Norte	582	-	11	-	-	1,8	-	-	781	-	5	-	-	0,7	-	-	853	-
Paraíba	753	-	55	-	-	7,3	-	-	949	-	43	-	-	4,5	-	-	1.010	-
Pernambuco	1.623	896	95	71	55,2	5,9	7,9	74,8	2.081	1.019	65	51	49,0	3,1	5,0	78,9	2.418	1.243
Alagoas	515	-	10	-	-	1,9	-	-	641	-	11	-	-	1,7	-	-	785	-
Sergipe	422	-	7	-	-	1,6	-	-	486	-	12	-	-	2,6	-	-	500	-
Bahia	2.477	918	127	38	37,1	5,1	4,2	30,2	3.188	1.183	81	33	37,1	2,5	2,8	41,0	3.724	1.333
Minas Gerais	4.511	1.301	111	37	28,9	2,5	2,9	33,4	5.268	1.469	124	52	27,9	2,3	3,5	42,1	5.934	1.703
Espírito Santo	785	-	18	-	-	2,3	-	-	958	-	21	-	-	2,1	-	-	1.133	-
Rio de Janeiro	4.532	3.481	153	140	76,8	3,4	4,0	91,4	4.867	3.711	192	152	76,3	3,9	4,1	79,2	5.636	4.333
São Paulo	10.671	5.054	479	347	47,4	4,5	6,9	72,5	12.691	6.076	534	408	47,9	4,2	6,7	76,4	13.932	7.003
Paraná	2.502	787	79	20	31,5	3,1	2,5	25,0	3.014	956	78	40	31,7	2,6	4,2	51,7	3.346	1.113
Santa Catarina	1.388	-	40	-	-	2,9	-	-	1.723	-	37	-	-	2,1	-	-	2.003	-
Rio Grande do Sul	2.682	1.162	186	104	43,3	6,9	8,9	55,7	3.126	1.341	125	65	42,9	4,0	4,8	51,6	3.430	1.453
Mato Grosso do Sul	572	-	19	-	-	3,2	-	-	725	-	12	-	-	1,6	-	-	802	-
Mato Grosso	556	-	6	-	-	1,2	-	-	806	-	12	-	-	1,5	-	-	892	-
Goias	1.399	-	24	-	-	1,7	-	-	1.828	-	20	-	-	1,1	-	-	1.986	-
Distrito Federal	602	602	9	9	100,0	1,4	1,4	100,0	807	807	10	10	100,0	1,2	1,2	100,0	930	930
Total	41.984	15.502	1.659	877	36,9	4,0	5,7	52,8	50.602	18.119	1.519	863	35,8	3,0	4,8	56,8	56.961	21.143

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Não se procura nesse momento esgotar a questão, mas sim precisar a IFU no Brasil na atualidade e apontar os diversos fenômenos associadas a ela, principalmente sua manifestação em diversas escalas espaciais. Além disso, procurou-se relacioná-la com as tendências gerais do capitalismo dependente estaduais, respeitando as escalas espaciais. Evidentemente, a evolução dos domicílios sob IFU no Brasil guarda uma série de fenômenos que devem ser investigados. Neste momento, procura-se analisar a IFU enquanto forma de reprodução urbana da força de trabalho, especificando o perfil socioeconômico dos seus moradores. A hipótese com a que se trabalha é que os moradores das periferias urbanas, dos loteamentos clandestinos, das favelas e ocupações constituem uma força de trabalho socialmente específica, mas plenamente integrada à valorização do capital. Neste caso, elas passam pela incapacidade das famílias trabalhadores em acessar o imóvel enquanto mercadoria tipicamente capitalista. Essa condição tende a manter lacuna entre o valor de mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho e aquela quantidade de fato que é consumida, ou seja, a superexploração. A tabela 3 a seguir fornece algumas variáveis para os moradores sob IFU no Brasil e nas metrópoles no período e subperíodos analisados. Nesse caso, a comparação toma como referência todos os habitantes do Brasil, não apenas dos DPU, com o objetivo de avaliar o comportamento dos moradores sob IFU em relação a média nacional.

Em 2003, 5,9 milhões de brasileiros viviam nas sob IFU, sendo que 53,6% nas metrópoles. Em termos laborais para mesmo ano, a população sob IFU tinha uma taxa de participação 57,4% no mercado de trabalho próxima da média brasileira (61,4%), contudo, a taxa de desocupação era muito maior: 17,5% e 9,7%. Situação essa que se aprofunda no caso metropolitana, quando a diferença na taxa de participação na população em geral nas metrópoles e da população sob IFU metropolitana era mais baixa ainda. Como será visto, esse padrão se mantém nos demais anos, ainda que em proporção distinta. De todo modo, esse dado preliminar já permite combater uma mistificação muito corrente por parte da classe dominante e de certo modo da academia brasileira: a de que as populações das periferias constituem um lumpemproletariado, imerso em atividades ilícitas e socialmente marginais da produção e consumo. Como visto para os dados de 2003, os moradores sob IFU inseriram-se no mercado de trabalho em uma proporção tão igual ao do restante da população, com a especificidade que faziam assim principalmente na procura de empregos. Em outras palavras, se já não trabalhavam em um emprego que os obrigavam a residir em uma situação de IFU, uma grande parte desses moradores procuravam por essa condição mínima de inserção laboral.



Tabela 3: Variáveis laborais, cor/raça, rendimento médio real, horas médias semanais trabalhadas, grupos de atividade da população residente para domicílios permanentes urbanos e domicílios sob inadequação fundiária urbana - Brasil e 2015

Categorias	2003				2011				2015			
	Total Domicílios		Inadequação Fundiária		Total Domicílios		Inadequação Fundiária		Total Domicílios		Inadequação Fundiária	
	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles	Brasil	Metropoles
População Residente (milhares)	177.360	56.215	5.904	3.168	197.825	61.129	4.777	2.703	204.860	63.119	3.813	1.813
População em idade Ativa (milhares)	145.761	47.053	4.514	2.393	169.211	53.218	3.976	2.268	177.657	55.511	3.234	1.611
PEA (milhares)	89.485	28.082	2.591	1.359	101.586	32.004	2.246	1.277	105.519	33.721	1.863	0.911
ocupados (milhares)	80.775	24.189	2.138	1.073	94.763	29.499	2.003	1.135	95.380	29.781	1.611	0.811
Desocupados (milhares)	8.709	3.892	453	286	6.822	2.505	242	142	10.139	3.940	251	100
Taxa participação (PEA/PIA, em %)	61,4	59,7	57,4	56,8	60,0	60,1	56,5	56,3	59,4	60,7	57,7	56,7
Taxa desocupação(Desocupados/PEA, em %)	9,7	13,9	17,5	21,0	6,7	7,8	10,8	11,1	9,6	11,7	13,3	14,3
Cor, raça e etnia em relação à População residente (em %)												
Indígena	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,4	0,2	0,2	0,2
Branca	52,0	55,8	41,5	41,7	47,8	50,2	44,3	44,3	45,2	48,0	40,6	40,6
Preta	5,9	8,3	10,0	11,9	8,2	9,7	10,8	10,5	8,9	11,5	11,7	11,7
Amarela	0,4	0,7	0,2	0,1	0,6	0,7	0,3	0,3	0,5	0,7	0,3	0,3
Parda	41,5	35,0	48,0	46,0	43,0	39,2	44,3	44,9	45,1	39,5	47,2	47,2
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendimentos (em R\$ de agosto de 2018 segundo INPC e exclusive sem declaração) e horas médias trabalhadas na ocupação principal												
Renda Média Mensal	R\$ 1.328,19	R\$ 1.880,18	R\$ 685,84	R\$ 730,27	R\$ 1.803,05	R\$ 2.435,92	R\$ 1.199,80	R\$ 1.222,25	R\$ 1.932,07	R\$ 2.562,84	R\$ 1.289,27	R\$ 1.289,27
Horas Trabalhadas na Semana	40,1	41,8	40,6	41,3	39,5	40,8	40,4	41,0	38,1	39,1	38,9	38,9
R\$/hora trabalhada	R\$ 8,28	R\$ 11,25	R\$ 4,22	R\$ 4,42	R\$ 11,42	R\$ 14,94	R\$ 7,42	R\$ 7,46	R\$ 12,68	R\$ 16,38	R\$ 8,29	R\$ 8,29
Classe de atividades econômica dos ocupados (em %)												
Agrícola	20,7	2,2	9,1	1,8	15,7	1,4	4,6	1,3	14,1	1,2	3,9	3,9
Outras atividades industriais	0,8	0,7	0,5	2,3	0,8	0,7	0,6	0,4	0,7	0,6	0,4	0,4
Indústria de transformação	13,5	15,1	14,8	16,1	12,6	13,2	13,7	13,6	11,8	11,4	11,4	11,4
Construção	6,5	7,1	11,3	12,4	8,4	8,5	11,8	11,5	9,0	8,9	11,6	11,6
Comércio e reparação	17,7	20,6	19,6	17,8	17,8	19,7	19,6	20,3	18,2	19,4	21,2	21,2
Alojamento e alimentação	3,6	4,7	4,9	6,2	4,9	6,0	7,8	9,1	4,9	6,1	6,9	6,9
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	6,5	5,3	5,2	5,5	7,4	6,1	7,3	5,6	7,2	6,6	6,6
Administração pública	5,0	5,3	3,1	2,3	5,4	5,4	3,6	2,7	5,3	5,3	3,3	3,3
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	11,0	5,3	7,5	9,2	10,3	6,0	5,3	10,8	12,2	8,7	8,7
Serviços domésticos	7,7	8,8	14,0	13,7	7,1	7,6	11,7	11,3	6,6	7,1	9,8	9,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,7	5,1	4,2	5,1	3,8	5,2	4,7	4,8	4,3	5,7	6,0	6,0
Outras atividades	6,9	12,6	6,8	8,7	8,7	14,6	9,7	12,2	8,7	14,9	9,9	9,9
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,2	0,4	1,0	0,9	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Grau de Instrução da PIA (em %)												
Sem instrução e menos de 1 ano	11,5	6,4	13,9	11,3	11,5	6,9	10,5	8,8	8,5	5,2	8,7	8,7
1 a 3 anos	14,8	10,7	19,7	19,1	10,5	7,6	11,4	10,3	10,1	6,7	10,1	10,1
4 a 7 anos	32,2	30,1	39,4	40,8	25,5	23,0	29,2	28,9	24,7	21,0	27,3	27,3
8 a 10 anos	16,4	19,1	16,1	17,4	17,4	18,1	20,8	21,8	17,2	18,1	21,1	21,1
11 a 14 anos	19,6	25,3	10,1	10,5	27,0	32,8	24,7	26,8	29,3	35,0	27,1	27,1
15 anos ou mais	5,2	8,0	0,5	0,5	8,1	11,5	3,3	3,3	10,0	13,9	5,5	5,5
Não determinados e sem declaração	0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2

Fonte: microdados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Outras características sociais podem ser vistas na tabela ainda para 2003, algumas delas típicas do subdesenvolvimento brasileiro e da histórica exclusão social e espacial: a) maior proporção de população negra/parda residente nas áreas sob IFU frente à média brasileira, o que se amplia nas áreas metropolitanas; b) baixo nível de rendimento médio dos ocupados sob IFU, quando em 2003 eles recebiam 51,6% do rendimento médio dos ocupados brasileiros e, no caso das regiões metropolitanas, essa proporção era de impressionantes 38%; c) mais de 70% da população em idade ativa em IFU tinha menos de 7 anos de estudos tanto para as metrópoles quanto para o Brasil, patamar esse que era de 47% e 58,5% para as regiões metropolitanas e o Brasil como um todo, respectivamente.

Novamente, essas condições de maior vulnerabilidade não podem ser confundidas com uma suposta marginalidade, mas sim, determinadas pela integração específica desses trabalhadores com o processo de valorização e de formas de exploração. Nesse caso, percebe-se que os ocupados moradores sob IFU no Brasil e nas metrópoles estavam concentrados em atividades próprias da produção capitalista (outras atividades industriais, indústria de transformação, construção, comércio, alojamento/alimentação, transporte/comunicação) ou, então, típicas da estrutura social dos países dependentes, como os serviços domésticos. Concentração essa que é superior àquela verificada para a média brasileira e metropolitana. Além disso, os dados para 2003 indicam que a integração produtiva e social à economia dependente para os trabalhadores sob IFU tinha como contraparte uma maior exploração, isso porque o rendimento médio dos ocupados nos domicílios sob IFU era absurdamente menor do que a média nacional: os trabalhadores nessas áreas recebiam 51% da média do valor do trabalhador brasileiro e, no caso dos congêneres, metropolitanos, essa proporção não atingia 40%. O menor patamar de rendimento (e provavelmente de exploração) dos trabalhadores moradores em IFU no Brasil se amplia quando se tem em mente que eles trabalham mais do que a média brasileira, R\$4,22/hora e R\$8,28/hora, respectivamente e em termos reais.

Em síntese, os dados de 2003 revelam que a integração econômica e social dos trabalhadores moradores em domicílios em IFU tinha como base um salário baixo, jornadas extensas e, ao que tudo indica, um maior nível de exploração. O ponto principal defendido nesse momento é que a exploração desse contingente de trabalhadores urbanos dialeticamente determina e resulta em uma forma espacial específica que é a própria negação da moradia capitalista. Nesse sentido e de forma mais rigorosa, mais do que uma maior exploração, observa-se um fenômeno distinto que é a superexploração da força de trabalho, onde, no caso, a IFU sintetiza os mecanismos cotidianos e permanentes de maior desgaste da força de trabalho relativamente ao valor e remuneração da própria força de trabalho. Posteriormente retomar-se-á a esta questão. Antes disso, cabe analisar a superexploração e a IFU em um aspecto conjuntural, no caso, o governo petista, ainda com base nos dados da tabela 3.

Comparativamente a 2003, 2011 e 2015 revelam mudanças e permanências nas características e integração com a estrutura econômica. Inicialmente, destaca-se a queda absoluta e relativa da população residente em domicílios: 4,77 milhões em 2011 e atinge 3,8 milhões em 2015, com a concentração nas metrópoles mantendo o mesmo patamar. É inegável que o crescimento econômico, políticas sociais, valorização do salário mínimo, por

um lado, e políticas de regularização fundiária nos planos estaduais e municipais, por outro, foram determinantes para esse resultado ponto. Tanto é assim que em termos reais, observa-se um aumento no rendimento dos trabalhadores em IFU (87,9%) em patamar muito maior do aquele verificado para a média brasileira (45,4%) em comparação a 2003, assim como nas metrópoles.

Contudo, como discutido anteriormente, a questão relevante é a permanência da IFU e sua manifestação territorial específica, precisamente em um período ímpar da história econômica recente brasileira. Com base nesta concepção, pode-se analisar as demais informações nos sub-períodos. Inicialmente, cabe destacar que a taxa de participação dos trabalhadores moradores em IFU foi uma constante em todo período, tendo inclusive se ampliado em 2015 nas metrópoles devido à desocupação, ao mesmo tempo em que no restante do país a tendência foi de queda na taxa de participação. Com isso, reduz-se a diferença na referida taxa entre trabalhadores que moram em IFU e o restante dos trabalhadores, ainda que a participação dos primeiros se dê pela maior desocupação e em ocupações precárias. Seja como for, a taxa de participação e de desocupação para os trabalhadores em domicílios em IFU reforça o fato de que, ao invés de “marginais”, os trabalhadores e moradores da periferia das cidades estão cada vez mais inseridos e integrados à estrutura econômica e social brasileira, o que não nega a especificidade destes processos.

No que se refere ao diferencial de rendimento, ainda que tenha aumentado expressivamente, o rendimento médio real dos trabalhadores em domicílios sob IFU ainda era substancialmente menor, constituía 66% do rendimento médio nacional e 51% para do rendimento para o caso das regiões metropolitanas. A manutenção de um expressivo diferencial de rendimento se deu concomitantemente a uma inserção econômica e laboral da força de trabalho que exige maior níveis médios sociais de qualificação o que pode ser vislumbrado pelos setores econômicos e grau de instrução e anos de estudo. No primeiro caso, entre 2003 e 2015, apesar de uma queda, observa-se que os ocupados habitantes em IFU mantém a concentração naqueles setores típicos de produção e circulação do capital e serviços domésticos destacado em 2003 (68%). Ainda que para as metrópoles esse resultado requeira uma análise específica, os determinantes gerais são os mesmos: por um lado, a importância desse contingente na estrutura social e econômica, por outro, a maior participação deles em setores econômicos que exigem maior qualificação/valor da força de trabalho e mais relacionados com as decisões técnicas, financeiras e locais do capital (educação/saúde/serviços sociais e outras atividades) em detrimento dos serviços domésticos, atividades agrícolas e indústria de transformação.

O segundo caso tratado reforça o argumento anterior quanto ao aumento de valor da força de trabalho dos moradores em IFU, o qual pode ser vislumbrado a partir dos anos de estudo. Conforme tabela 3, se em 2003 um terço dos moradores acima de 10 anos tinham até 3 anos de instrução, contra 26,4% da proporção nacional, em 2015 a proporção foi reduzida para 18,8%, o mesmo patamar nacional (no caso dos moradores em IFU nas metrópoles, a discrepância frente aos demais moradores metropolitanos ainda é substantiva). Ainda que o acesso à educação seja elevada principalmente no ensino superior, chama atenção o crescimento desse grupo entre 2003-2015 para a população residente em IFU: de praticamente uma participação nula em 2003 (0,5%), 5,5% (5,9% para metrópoles) em 2015 das pessoas acima de 10 anos de idade tinham 15 anos ou mais de instrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar teórica e empiricamente na contemporaneidade a inadequação fundiária urbana (IFU), enquanto um traço histórico do espaço urbano brasileiro, a partir da teoria social crítica latino-americana. Os dados destacados procuraram mostrar a relevância do fenômeno da IFU entre 2003-2015, em um momento em que o Brasil experimentou excepcionalidades históricas, seja pelo progressismo do governo federal, seja pelo crescimento econômico baseado no ciclo de preço das commodities e política econômica expansionista. Por um lado, a queda dos domicílios em IFU os aumentos substanciais no nível de rendimento de seus moradores no período resultam da melhora relativa das condições de vida da maioria dos trabalhadores brasileiros durante experiência petista. Por outro, uma série de fatos levantados evidenciam o limite estrutural dessa melhora e como ela não implica a reversão da segregação e desigualdade espacial nas cidades, sobretudo nas metrópoles, principalmente tendo em vista a reversão do crescimento econômico, a recessão de 2015-2016 e o governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018).

Entre os fatos destacados na IFU na atualidade, podem-se citar: a) a própria manutenção em 2015 de um elevado contingente de domicílios (1,3 milhão) e moradores (3,8 milhões) em IFU; b) a concentração dos trabalhadores moradores de IFU em atividades econômicas da produção e circulação de capital e serviços domésticos o que evidencia a importância e integração deles à estrutura econômica e social; c) preservação de uma desigualdade de rendimento entre moradores de IFU e a média nacional a qual se amplia nas áreas metropolitanas.

Diante desses fatos, a questão que surge é qual a objetividade material de impor essa condição a milhões de brasileiros na cidade. Essa questão exige compreender a negação de imóvel na sua forma histórica capitalista a uma parcela significativa da classe trabalhadora urbana, fazendo com que a segregação socioespacial se transforme na mais clara forma de espoliação urbana (KOWARICK, 1972) e a principal manifestação da superexploração da força de trabalho na cidade do capitalismo dependente. Trazendo essa questão para os residentes em domicílios sob IFU, observa-se que, ainda que seja factível a melhora das condições de vida dos moradores IFU entre 2003-2015, a superexploração permanece no período e pode ter inclusive se ampliado, levando em consideração que o aumento do nível de rendimento não compensou o possível aumento no valor da força de trabalho, ao mesmo tempo em que as moradias sob IFU apresentam condições moralmente e fisicamente degradantes de reprodução da força de trabalho (ausência de tratamento de esgoto, maior criminalidade, maior tempo de deslocamento casa-trabalho).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro. *Em Busca do Urbano*. In: Revista Novos Estudos, São Paulo, n° 83, março de 2009.

CANO, W. *Desconcentração produtiva no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2008.

FERRO, S. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006

FJP, *Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file> . Acesso em agosto de 2018.

_____. *Déficit habitacional no Brasil 2015*. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-s-erie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em setembro de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Glossário PNAD 2009. Disponível em : https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/glossario_PNAD_2009.pdf , com acesso em agosto de 2018.

KOWARICK, L. *Espoliação Urbana*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981

LUCE, Mathias Seibel. *A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente*. ALEMIDA FILHO, Niemeyer. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, p. 145-165, 2013. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Editora Vozes, 1981.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n.4, p.21-33, out./dez. 2000.

Maricato, E. (2006). *O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. IPEA - políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular, São Paulo, 2005a, p. 137-180.

MARINI, R. M. *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Orgs.). *La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. México D.F.: UNAM, 1996.

MONTALI, L.; LESSA, L. H. *Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras*. *Cad. Metrôpoles*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 503-533, jul. 2016.

OLIVEIRA, M. F. *A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 2, p. 167-184, 2014.

OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (orgs). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012a .

OSORIO, Jaime. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva— estudo de cinco economias da região*. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (orgs). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 103-133, 2012b.

PINTO, A. *Concentraci3n del progreso t3cnico y sus frutos en el desarrollo latinoamericano*. El Trimestre Econ3mico, 32(125). M3xico, enemar, 1965.

RAMOS, L. *A evolu33o da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-200*. IPEA, 2002 (Texto para Discuss3o, 914).

RODRIGUES, A. M. *A pol3tica urbana no governo Lula*. Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ci3ncias Humanas da Unicamp, Campinas, v. 1, n. 3, p. 62-80, 2011.